



**ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**PARECER n. 049/2026-ATJL**

**PREGÃO ELETRÔNICO n. 09/2026 – CIA n. 0074212-38.2025.8.11.0000**

**SETOR DEMANDANTE:** Coordenadoria Militar.

**ASSUNTO:** Análise de Minuta de Edital e anexos – Aquisição de 04 (quatro) equipamentos do tipo Bloqueador de Gravadores de Áudio Analógico e Digital.

**Excelentíssimo Senhor Desembargador-Presidente:**

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de análise da minuta do Edital do **Pregão Eletrônico n. 09/2026**, cujo objeto consiste na aquisição de equipamentos para ações de Contraineligência de Segurança Institucional do tipo Bloqueador de Gravadores de Áudio Analógico e Digital – Modelo HARP SPEECH PROTECTOR, incluídos a instalação, programação, ativação, testes de funcionamento, treinamento, garantia, suporte técnico e atualização de software vitalícia, de acordo com as condições do Termo de Referência n. 12/2025-CMTJMT, anexo I do Edital.

O Expediente originário n. 0074212-38.2025.8.11.0000 foi instaurado pela Assessoria Militar de Planejamento em Aquisições, mediante o **Formulário de Requisição do Demandante n. 514/2025**, no qual foram indicados os itens pretendidos e apresentada a respectiva justificativa para deflagração do certame, acompanhado do formulário previsto no **Anexo I do Ofício Circular n. 06/2023-PRES** (mov. 01).

A instrução processual prosseguiu com a juntada dos **Anexos**, compreendendo: Termo de Referência n. 12/2025-CMTJMT; Estimativa de Preços; Ficha Estratégica; Estudo Técnico Preliminar; Mapa de Risco e Documento de Formalização



**ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

da Demanda elaborado pelo Assessor Militar de Informações e Operações deste Tribunal (movs. 02 a 11).

Na sequência, foram acostados aos autos a **Informação Orçamentária n. 451/2025**, na qual se registrou que, em consonância com o Princípio da Anualidade, deverá ser utilizado o orçamento do exercício financeiro de 2026. Juntou-se, ainda, o **Checklist n. 116/2025-C.ADM**, referente à verificação de conformidade dos documentos necessários à instrução do pleito (movs. 18 e 21).

Posteriormente, Vossa Excelência, em juízo inicial de valor, manifestou-se pela necessidade de se verificar a existência de planejamento orçamentário da despesa no Plano de Trabalho Anual de 2026 (PTA 2026), a fim de assegurar a compatibilidade da contratação com a programação financeira do próximo exercício e resguardar a regularidade da execução contratual, a qual incluiu na informação orçamentaria acima mencionada que a despesa pretendida se encontrava devidamente planejada no PTA 2026 (mov. 25 e 28).

Por oportuno, os autos retornaram com a informação solicitada para juízo de oportunidade e conveniência, no qual Vossa Excelência autoriza o regular prosseguimento do feito, com a ressalva de que as especificidades da avença seriam objeto de análise ulterior (mov. 33)

Em cumprimento à determinação superior, o Departamento Administrativo promoveu a autuação formal dos autos e expediu a Certidão de Similaridade (andamentos 02 e 03). A Divisão de Compras anexou, na sequência, a Planilha de Despesas (andamento n. 15).

Na etapa seguinte, o Processo Administrativo n. 4/2026 – CIA 0074212-38.2025.8.11.0000 foi reclassificado como **Pregão Eletrônico n. 9/2026** e a Gerência de Licitação providenciou a juntada das **Portarias n. 398/2016-PRES** e n. **1434/2024-PRES**, da **Certidão de Designação do Pregoeiro e da equipe de apoio, da minuta do**



**ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**Edital** e do **Checklist n. 7/2026**, este referente à verificação dos atos e documentos essenciais à instrução do certame, concluindo pela sua regularidade (andamentos n. 24, 25, 27, 30 e 31).

Consta, ademais, a **Informação n. 36/2026-DA**, registrando que a minuta editalícia foi elaborada em consonância com os modelos disponibilizados pela Advocacia-Geral da União – AGU (andamento n. 32).

Por fim, os autos foram encaminhados a esta Assessoria Técnico-Jurídica para análise e manifestação.

É o relatório.

## **II - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

De início, cabe destacar que este parecer tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de **legalidade**, conforme estabelece o art. 53, I e II, da Lei n. 14.133, de 2021, razão pela qual não abarca aspectos de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade, salvo apontamentos que decorram de elementos de conexão com questões **jurídicas**, consoante posicionamento da Advocacia-Geral da União, (Enunciado BPC n. 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas) e Acórdão n. 1492/2021, Plenário, do Tribunal de Contas da União (TCU).

### **II. 1 - Da Modalidade Licitatória. Pregão Eletrônico e do Critério de Julgamento**

Consoante os elementos constantes dos autos, a licitação foi estruturada sob a modalidade **Pregão Eletrônico**, com a finalidade de aquisição de equipamentos para ações de Contraineligência de Segurança Institucional do tipo Bloqueador de Gravadores de Áudio Analógico e Digital – Modelo HARP SPEECH PROTECTOR,



**ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

incluídos a instalação, programação, ativação, testes de funcionamento, treinamento, garantia, suporte técnico e atualização de software vitalícia.

Com efeito, o pregão é a modalidade de licitação prevista no art. 28, I, da Lei n. 14.133/2021 e deve ser adotado quando tratar de aquisição de bens e serviços comuns, independentemente do valor estimado do futuro contrato.

O art. 6º, inc. XIII da Lei n. 14.133/21 define bens e serviços comuns como *"aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado"*.

O conceito (indeterminado) de "bem ou serviço comum" possui as seguintes características básicas: i) disponibilidade no mercado (o objeto é encontrado facilmente no mercado), ii) padronização (predeterminação, de modo objetivo e uniforme, da qualidade e dos atributos essenciais do bem ou do serviço) e; iii) casuísmo moderado (a qualidade "comum" deve ser verificada em cada caso concreto e não em termos abstratos).

Trata-se de conceito jurídico aberto, de modo que o enquadramento quanto à natureza comum da contratação está associado à competência do administrador, entendimento corroborado pela **Orientação Normativa n. 54 da AGU**:

*Compete ao agente ou setor técnico da administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável.*

A respeito da matéria, o exímio doutrinador Joel de Menezes Niebuhr, leciona o seguinte:

*"Bem e serviço comum são aqueles que podem ser definidos no edital por meio de especificações objetivas, que se prestam a estabelecer o padrão de qualidade desejado pela Administração Pública, de acordo com características usuais no*



**ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

*mercado, sem que variações de ordem técnica eventualmente existam entre os bens e oferta prestados por diversos fornecedores que atendam a tais especificações objetivas sejam importantes ou decisivos para a determinação de qual proposta melhor satisfaça o interesse público e desde que a estrutura processual da modalidade pregão, menos formalista e mais célere, não afeta a análise da qualidade do objeto licitado ou importe prejuízos ao interesse público”.*

Em consenso com a doutrina, o Tribunal de Contas da União orienta em seu **Manual de Licitações e Contratos**, p. 62, o seguinte:

*Bem ou serviço será comum quando for possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, por intermédio de especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto. O estabelecimento desses padrões permite ao agente público analisar, medir ou comparar os produtos entre si e decidir pelo melhor preço.*

No caso em análise, a área demandante destacou a natureza comum do objeto a ser licitado, conforme disposições constantes do **Estudo Técnico Preliminar** (mov. 05 do expediente n. 0074212-38.2025.8.11.0000), notadamente nos itens 7 (REQUISITOS DA SOLUÇÃO) e 16 (DA MODALIDADE SUGERIDA PARA CONTRATAÇÃO), dentre outros apontamentos constantes do documento, dos quais se infere tratar-se de bem de natureza comum.

Registre-se, ademais, que tal definição foi ratificada no **Termo de Referência n. 12/2025-CMTJMT**, instrumento que baliza as especificações e condições técnicas que nortearão a licitação. Os itens que o compõem evidenciam, de forma clara, que o objeto pretendido — bloqueador de gravadores de áudio analógico e digital — enquadra-se como bem de natureza comum, passível de definição objetiva e de comparação padronizada no mercado.

Ressalte-se que o Termo de Referência n. 12/2025-CMTJMT consignou, em seu item 2.4, que o objeto não se enquadra como bem de luxo, em consonância com



**ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

o Decreto n. 10.818/2021. Considerando que se trata de equipamento diretamente afetado à segurança institucional deste Tribunal, voltado à proteção de informações sensíveis, conclui-se que a contratação observa a vedação à aquisição de bens de luxo, mantendo-se estrita aderência às normas de racionalidade e economicidade na gestão do patrimônio público.

Dessa forma, não remanescem dúvidas quanto à adequação do objeto ao conceito de **bens e serviços comuns**, sendo compatível com a adoção da modalidade **Pregão Eletrônico**, porquanto se trata de aquisição passível de especificação precisa, segundo critérios usuais de mercado, de modo a atender à finalidade institucional pretendida, voltada à ações de contrainteligência de segurança institucional realizadas pela Assessoria Militar de Informações e Operações (AMIO) da Coordenadoria Militar do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (CMil/TJMT).

Do mesmo modo, a Lei n. 14.133/2021 (art. 17, § 2º) estabelece a preferência da **modalidade eletrônica** do pregão para a aquisição de bens e serviços comuns. Trata-se de medida que traz vantajosidade ao Poder Público por proporcionar a ampliação da competição, bem como possibilita a redução dos valores das propostas iniciais, com consequente abatimento dos preços.

Diante da adoção da modalidade pregão e em observância ao disposto no art. 6º, inciso XLI, da Lei n. 14.133/2021, cumpre registrar que o **critério de julgamento** foi corretamente estabelecido como o de **menor preço global**, conforme previsto na minuta do Edital acostada ao andamento n. 30 dos autos principais.

No mais, observa-se que o **item 5**, especificamente o **subitem 5.11** da referida minuta, dispõe que o modo de disputa adotado será **aberto e fechado**, em conformidade com o art. 56, incisos I e II, da Lei n. 14.133/2021.

Ademais, verifica-se que a condução do certame observa, no que couber, as diretrizes procedimentais do Decreto n. 10.024/2020, que regulamenta o pregão



**ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

eletrônico para bens e serviços comuns, reforçando a aderência da minuta às melhores práticas de contratação eletrônica.

## **II. 2 - Do Tratamento Favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**

O art. 4º da Lei 14.133/2021 preservou o tratamento favorecido e diferenciado para as ME/EPP nas licitações públicas (disciplinado nos arts. 42 a 49 da LC 123/2006), a ser aplicado independentemente de previsão no edital de licitação.

Com efeito, nos termos do art. 47 da Lei Complementar n. 123/2006, com a redação conferida pela Lei Complementar n. 147/2014, foi assegurado tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras, entendimento este igualmente aplicável às cooperativas a elas equiparadas.

De acordo com a disposição contida no art. 48, inciso I, da Lei Complementar n. 123/2006, em observância ao art. 47 do mesmo diploma legal, a Administração Pública deverá realizar processo licitatório destinado **exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte**, quando se tratar de itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

No mesmo sentido, a Advocacia-Geral da União, por meio da **Orientação Normativa n. 47/2014**, consolidou entendimento no sentido de que:

*Em licitação dividida em itens ou lotes/grupos, **deverá** ser adotada a participação **exclusiva** de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007) em relação aos itens ou lotes/grupos **cujo valor seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, desde que não haja a subsunção a quaisquer das situações previstas pelo art. 9º do decreto nº 6.204, de 2007.*



**ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Paralelamente, dispõe o art. 48, inciso III, da Lei Complementar n. 123/2006, em conjunto com o art. 8º do Decreto n. 8.538/2015, que, nas aquisições de bens de natureza divisível, quando os itens ou lotes da licitação possuírem valor estimado superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), **deverá ser reservada cota de até 25% (vinte e cinco por cento)** do objeto para contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

Nessa hipótese, verifica-se que, nas contratações estruturadas por item, grupo ou objeto global, impõe-se a divisão do quantitativo licitado em duas parcelas distintas: uma cota principal, destinada à ampla concorrência, e uma cota reservada, direcionada exclusivamente às ME/EPP. Tal medida aplica-se, sobretudo, quando inexistir vedação à participação desses entes no certame, garantindo-lhes tratamento diferenciado e favorecido na disputa.

Todavia, a própria legislação de regência excepciona situações em que os referidos benefícios não se aplicam, configurando hipóteses de afastamento legal do dever de conceder o tratamento diferenciado. Nesse sentido, o art. 49 da Lei Complementar n. 123/2006 estabelece que:

*Art. 49. **Não se aplica** o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar **quando:***

*II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;*

*III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;*

De mais a mais, a Lei n. 14.133/2021 reafirmou expressamente a aplicação subsidiária das disposições contidas nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006, porém delimitou os casos em que tais regras não se aplicam. O art. 4º do diploma estabelece que:





**ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

*Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

*§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo **não são aplicadas**:*

*I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;*

*II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

*§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.*

*§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.*

No caso em exame, a Área Técnica consignou expressamente no **Termo de Referência n. 12/2025/CMTJMT** que não promoverá a licitação com a aplicação do tratamento diferenciado conferido às microempresas e empresas de pequeno porte.

Da leitura do item 5.6 do Termo de Referência, é possível verificar os fundamentos apresentados pela área que fundamentam a não aplicabilidade do disposto na Lei 123/06 (alterada pela Lei Complementar n. 147/2014), e, mais especificadamente, depreende-se dos subitens 5.6.1.1; 5.6.1.2 e 5.6.1.3 os seguintes argumentos: “**No Inviabilidade Técnica de Parcelamento:** O objeto deste termo de referência não admite divisão ou parcelamento, em virtude da necessidade de padronização, integração operacional, continuidade, especificidades técnicas ou econômicas; **Natureza do Objeto e Complexidade:** A execução do objeto requer capacidade operacional, tecnológica e



ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*econômica que, segundo levantamento realizado, extrapola a realidade de empresas de pequeno porte, o que pode comprometer a adequada execução contratual; **Risco à Efetividade Contratual:** A divisão do objeto, além de tecnicamente inviável, representaria risco à continuidade e à qualidade dos serviços/produtos, podendo gerar impactos negativos na gestão contratual e no atendimento do interesse público.”*

**Registre-se**, desde logo, a **necessidade de observar os fundamentos apresentados pela área demandante na minuta do Edital**, de modo a constar de forma clara e expressa que **não** será adotado o regime de tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n. 123/2006, sobretudo porque há elementos insculpidos na minuta encartada ao andamento 30 que denotam a aplicabilidade da normativa, tais como os itens 3.3; 6.4 e 6.5.

## **II. 3 - Da Fase Preparatória, Definição do Objeto Licitatório e Quantitativo Estimado**

Com a finalidade de garantir o robusto planejamento aos procedimentos licitatórios, a Lei n. 14.133/2021 em seu art. 18 elenca os documentos que devem ser providenciados ainda na fase preparatória da licitação, antes da publicação do edital.

No caso em apreço, o **Estudo Técnico Preliminar** — que contempla, entre outros aspectos, a descrição da necessidade da contratação, de modo a evidenciar o interesse público subjacente — foi devidamente juntado aos autos, conforme documento acostado ao mov. 05 do expediente originário n. 0074212-38.2025.8.11.0000, em consonância com o disposto no inciso I do art. 18 da Lei n. 14.133/2021.

Ademais, em atendimento ao disposto no art. 18, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, consta nos autos o **Termo de Referência n. 12/2025/CMTJMT**, acostado no mov. 02 do mesmo expediente, bem a minuta de Edital colacionada no andamento 30 dos autos, no qual se apresenta a definição do objeto destinado ao atendimento da demanda.



**ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

É importante destacar que a proposta de contratação está amparada – além dos normativos em exame –, na **Resolução n. 435/2021 do Conselho Nacional de Justiça que trata da Política e do Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário e dá outras providências**, notadamente em seu artigo 3º, que assim dispõe:

*Art. 3º A atividade de inteligência de segurança institucional do Poder Judiciário se caracteriza pelo exercício permanente e sistemático de ações especializadas, conforme prevê o art. 1º, parágrafo único, da Resolução CNJ nº 383/2021, e observará o sistema, a doutrina e o plano de inteligência normatizados pelo CNJ.*  
**RESOLUÇÃO CNJ Nº 383/2021**

*Art. 1º Fica instituído o Sistema de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário (SInSIPJ), com a finalidade de subsidiar o processo decisório relacionado à segurança institucional, por meio da produção e salvaguarda de conhecimentos realizados pela atividade de inteligência.*  
*Parágrafo único. Entende-se por atividade de inteligência o exercício permanente e sistemático de ações especializadas para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais aos ativos do Poder Judiciário, orientadas para a produção e salvaguarda de conhecimentos necessários ao processo decisório no âmbito da segurança institucional.*

Tal diretriz normativa evidencia que a atividade de inteligência de segurança institucional é caracterizada pela atuação permanente e sistemática, por meio de ações especializadas que proporcionem condições adequadas de segurança, permitindo que magistrados e servidores exerçam suas atribuições com plena garantia de integridade e confidencialidade.

No tocante ao **quantitativo**, cumpre lembrar que a Administração deve estimar, de forma clara e precisa, a quantidade necessária ao atendimento da demanda, considerando a solução escolhida.



**ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Sobre este ponto, observa-se que, na fase preparatória, a definição do aspecto quantitativo foi devidamente abordada pela Coordenadoria Militar deste Sodalício, estando detalhada no **Estudo Técnico Preliminar**, especialmente em seu **item 11**, que tratou da estimativa da demanda.

Conforme registrado, a **quantidade de 04 unidades** foi definida com o propósito de complementar a solução já existente, considerando a estratégia de fortalecimento das medidas de segurança institucional, bem como a necessidade de cobertura integral dos ambientes críticos. Destacando-se ainda que a definição deste quantitativo está alinhada ao planejamento estratégico, aos critérios de eficiência, eficácia, economicidade e à continuidade operacional da solução atualmente implantada, garantindo, assim, a plena salvaguarda das informações sensíveis e a mitigação dos riscos de interceptações ou gravações não autorizadas no âmbito deste Poder Judiciário.

Não obstante, da análise dos documentos acostados aos autos, verifica-se a informação da área técnica que no ano de 2024, este Tribunal realizou a aquisição inicial de 04 unidades do Bloqueador HARP SPEECH PROTECTOR, por meio do Contrato nº 024/2024 – CIA 0010687-19.2024, em razão da disponibilidade orçamentária vigente. Estando prevista a ampliação do quantitativo com mais 04 unidades, que permitirão uma cobertura ampla e completa dos ambientes estratégicos.

Nesse sentido, merece destaque o conteúdo do **item 15 do ETP**, que elenca os resultados pretendidos com a aquisição, nos seguintes termos:

*15.2. Dentre os principais resultados e benefícios esperados com a adoção da solução proposta, destacam-se:*

- Reforço da segurança institucional, por meio da mitigação de riscos associados à interceptação e à gravação não autorizada de informações sensíveis;*
- Elevada economicidade, mediante a otimização de recursos humanos, materiais e financeiros já disponíveis na instituição;*



**ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

- *Padronização tecnológica, assegurando a interoperabilidade e a integração com os equipamentos já existentes no âmbito da Coordenadoria Militar (CMil) e da Assessoria Militar de Informações e Operações (AMIO);*
- *Confiabilidade operacional, garantida pela utilização de equipamentos de alta performance e com respostas técnicas fidedignas, devidamente validados pela experiência da equipe técnica;*
- *Preservação do sigilo institucional, visto que as ações de monitoramento, prevenção e varredura são executadas exclusivamente por servidores capacitados e integrantes da área de inteligência (Policiais Militares lotados na AMIO/CMil);*
- *Fortalecimento da política de segurança institucional, em estrita conformidade com a Resolução nº 435/2021 do CNJ, que estabelece diretrizes para o Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário;*
- *Redução dos riscos operacionais, mediante a adoção de medidas de contrainteligência proativas, assegurando ambientes protegidos contra ameaças tecnológicas e eletrônicas.*

Em arremate, conforme expressamente consignado no item 15.3 do Estudo Técnico Preliminar, a contratação do equipamento proposto constitui medida essencial para o fortalecimento da segurança institucional, contribuindo para que o Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso continue exercendo suas atividades com plena garantia de confidencialidade, segurança e integridade das informações.

Ainda sobre o objeto a ser licitado, importante pontuar que a Lei 14.133/2021 também impõe à administração a observância ao princípio do **parcelamento do objeto licitatório** previsto nos arts. 40 e 47, vejamos:

*Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte: (...)*

*V - atendimento aos princípios: (...)*

*b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.*

*Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios: (...)*



**ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

*II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.*

Neste ponto, é oportuno esclarecer que na fase interna do certame recai sobre o órgão, a competência para deliberar sobre a possibilidade técnica e econômica da divisão do objeto, de modo a permitir que um maior número de interessados se habilite na disputa, aumentando a competitividade e, por corolário lógico, possibilitando a apresentação da **melhor** proposta.

Com efeito, o parcelamento do objeto constitui a regra nas contratações públicas, devendo eventual opção pela adjudicação global — quando o objeto for divisível — ser devidamente motivada e justificada pela Administração, sob pena de afronta aos princípios da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa.

A propósito, o Tribunal de Contas da União (TCU) consolidou entendimento sobre a matéria por meio da **Súmula n. 247**, nos seguintes termos:

*“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”*

Não obstante o aspecto técnico que envolve o tema, da análise do Termo de Referência n. 12/2025-CMTJMT constata-se que restou devidamente demonstrado que o objeto deve ser contratado de forma indivisível, em razão da necessidade de padronização dos equipamentos, de integração operacional do sistema de proteção contra gravações e da manutenção da continuidade e uniformidade dos procedimentos de segurança, o que desaconselha o parcelamento. Assim, a adjudicação ocorrerá na forma de **item único**, porquanto o objeto da contratação compreende um conjunto funcional



**ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

indivisível, cuja divisão poderia comprometer o desempenho e a segurança da solução adotada.

Em relação à **inviabilidade de parcelamento do objeto** (inciso VIII do §1º do art. 18 da Lei 14.133/21), a área demandante apresentou justificativas no **Estudo Técnico Preliminar**, nos seguintes termos:

*A especificidade técnica do equipamento, que exige padronização e compatibilidade com os dispositivos já existentes no acervo do PJMT;*

*A necessidade de uniformidade na solução, em razão da natureza estratégica do uso em ambientes sensíveis (tais como a sala de reuniões da Presidência), o que inviabiliza a fragmentação do fornecimento;*

*A economia de escala gerada pela aquisição conjunta, resultando em redução de custos e maior vantagem para a Administração Pública.*

*13.3. Diante do exposto, recomenda-se que a contratação seja realizada em **Lote Único**, conforme autoriza o art. 40, § 3º, incisos I e II da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de aquisição que:*

*Representa maior viabilidade econômica ao se concentrar a contratação em um único fornecedor;*

*Assegura a padronização técnica e operacional da solução a ser implantada;*

*Atende ao interesse público com eficiência, segurança e economicidade.*

Tais fundamentos foram espelhados no Termo de Referência, de acordo com o texto reproduzido no **item 5.6.1.1** (Inviabilidade Técnica de Parcelamento). Dessa forma, restou tecnicamente demonstrada e formalmente motivada a opção pelo não parcelamento do objeto, atendendo, assim, às exigências legais e principiológicas que regem o planejamento das contratações públicas.

Ademais, observa-se que o Termo de Referência, em seu item 5.4.1, **veda expressamente a subcontratação do objeto contratual**, o que se coaduna com os princípios da responsabilidade objetiva e da execução direta do contrato previstos na Lei nº 14.133/2021. Tal vedação é medida de prudência administrativa, sobretudo diante da





**ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

natureza sensível do objeto, que envolve segurança institucional e demanda controle direto sobre o fornecimento e instalação dos equipamentos.

Ainda alçando a análise acerca do TR, o art. 18, inciso III, da Lei n. 14.133/2021, exige que se contemple as **condições de execução e pagamento** (itens 8 e 10) das **garantias exigidas** (itens 5.5 e 7) e das **condições de recebimento** (item 6.1), sendo certo que sua definição envolve algum juízo de conveniência e oportunidade a ser realizado pelo administrador. No caso concreto, os temas foram tratados de forma suficiente no Termo de Referência.

Ressalte-se, ainda, que as cláusulas relativas ao recebimento do objeto e às condições de pagamento mostram-se alinhadas aos arts. 140, 141 e 143 da Lei n. 14.133/2021, na medida em que preveem prazo razoável para quitação das obrigações assumidas pela Administração, asseguram a possibilidade de rejeição dos bens que se apresentem em desconformidade com as especificações do Termo de Referência e do edital, bem como admitem a liquidação e o pagamento da parcela incontroversa em hipóteses de divergência quanto ao adimplemento contratual, o que contribui para a segurança jurídica e para a adequada execução do ajuste.

No que concerne ao disposto no inciso VII, regime de fornecimento de bens, conforme item 11.2, o regime adotado será o **integral**, de modo que a empresa contratada deverá entregar, em uma única etapa, a totalidade das 04 (quatro) unidades do Bloqueador de Gravação de Áudio – HARP Speech Protector, acompanhadas de todos os acessórios, manuais, certificados, garantias e demais componentes necessários ao pleno funcionamento do sistema, vedado o fracionamento do objeto. A entrega integral justifica-se pela natureza especializada e sensível do equipamento, pela necessidade de padronização tecnológica e pela conveniência administrativa de recebimento, instalação e testes em conjunto, assegurando maior controle sobre a conformidade técnica do objeto.

Com base na exigência do art. 18, inciso VIII, da Lei n. 14.133, de 2021, busca-se a proposta mais vantajosa, devendo o planejamento da contratação conter





**ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

informações sobre a modalidade de licitação; o critério de julgamento; o modo de disputa; e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, temas devidamente abordados tanto no **Termo de Referência n. 12/2025-CMTJMT**, como na minuta do Edital.

Além disso, prosseguindo com a análise dos requisitos legais, constata-se que o **Mapa de Riscos**, foi juntado no andamento 06 do expediente, o que atende ao art. 18, inciso X, da Lei n. 14.133/2021.

No que se refere ao prazo de vigência indicado no Termo de Referência (item 2.6), revela-se relevante destacar que a área demandante apresentou justificativa para a fixação de prazo de vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente, alinhando a duração contratual ao ciclo necessário para o fornecimento integral dos equipamentos, realização do treinamento e estabilização do uso em ambiente operacional, revelando-se, portanto, prazo funcionalmente adequado às características da contratação e compatível com o disposto no art. 105 da Lei n. 14.133/2021, considerando as peculiaridades da presente demanda.

Sob o prisma jurídico, a Lei n. 14.133/2021, ao tratar da duração dos contratos administrativos em seu Capítulo V, estabelece, no art. 105, que a vigência contratual será aquela prevista no edital, devendo ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários e a previsão no plano plurianual, quando ultrapassado um exercício financeiro.

Superadas as considerações acima expendidas, ressalta-se que os demais requisitos legais serão objeto de exame nos tópicos subsequentes.

## **II. 4 - Orçamento Estimado e Pesquisa de Preço**

Em relação ao preço de referência (art. 18, IV, da Lei n. 14.133/2021), destaca-se que as contratações públicas devem ser precedidas de estimativa de custos, a



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

fim de se viabilizar um parâmetro apto a aferir a adequação dos preços a serem praticados pela Administração em vista dos valores de mercado.

A estimativa de preços constitui elemento essencial do planejamento da contratação, pois permite: (i) fixar o valor de mercado do objeto licitatório; (ii) delimitar os recursos orçamentários necessários à execução do contrato; e (iii) identificar eventuais indícios de sobrepreço ou inexequibilidade das propostas apresentadas pelos licitantes.

O **valor estimado** é obtido por meio de pesquisa de preços referenciais regida pelo art. 23 da Lei n. 14.133/21. Tal artigo dispõe quais são as cinco fontes aptas a instruírem a pesquisa a ser realizada, que podem ser utilizadas de forma combinada ou não. Observe:

*Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.*  
*§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:*

*I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);*

*II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;*

*III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;*

*IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses*



**ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

*fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;*

*V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.*

Além das regras legais, também devem ser observadas as normas da **Instrução Normativa n. 65/2021-SEGES**, que tem sido adotada no âmbito das contratações públicas deste Poder, as quais basicamente transcrevem as regras do artigo acima dispostas, consoante se observa do art. 5º, com o destaque no sentido de que devem ser priorizadas as regras dos incisos I e II. Vejamos:

*Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:*

*I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;*

*II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; (...)*

*§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, **em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.***

No caso em análise, observa-se que o setor competente realizou pesquisa de preços em atendimento às disposições legais, cujos resultados foram consolidados no **Anexo A – Estimativa de Preços**, devidamente instruído aos autos (andamento n. 12).

Verifica-se que, embora tenham sido realizadas consultas ao Banco de Preços e ao Radar de Preços do TCE/MT, não foram identificadas aquisições similares no período de 1 (um) ano imediatamente anterior à pesquisa, à exceção de compra



**ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

pretérita efetuada pelo próprio Tribunal de Justiça em 22/02/2024, circunstância que inviabiliza a utilização desses registros como parâmetro válido para fins do art. 23, § 1º, incisos I e II, da Lei n. 14.133/2021. Diante da inexistência de preços públicos atuais e efetivamente comparáveis ao objeto licitado – equipamento altamente especializado de contrainteligência, com especificações técnicas muito específicas –, a estimativa de valor foi estruturada com base em propostas comerciais formais encaminhadas por fornecedores que atuam no segmento, em consonância com o inciso IV do § 1º do art. 23 da Lei n. 14.133/2021 e com o art. 5º da Instrução Normativa n. 65/2021-SEGES, com a justificativa técnica expressa nos autos.

Nessa conformidade, a área técnica consolidou a estimativa de preços a partir de três cotações obtidas junto às empresas TMB Comércio de Equipamentos de Segurança Ltda., Infinity Safe Tecnologia em Segurança Ltda. e M1 Consultoria e Tecnologia Ltda., que apresentaram valores unitários de R\$ 185.000,00, R\$ 155.000,00 e R\$ 190.000,00, respectivamente, para o fornecimento de 04 (quatro) unidades do Bloqueador de Gravação de Áudio – HARP Speech Protector. A partir desses dados, foi apurado valor médio unitário estimado de R\$ 176.666,67, resultando no montante global de R\$ 706.666,67 (setecentos e seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), o qual foi formalizado na “Planilha de Despesa do Processo Administrativo n. 4/2026 – Lote Único”, assinada pela Chefia da Divisão de Compras, documento que passa a servir como referência oficial de preço para a presente contratação.

No mais, registrada a estimativa de preços, prosseguindo com a análise das demais exigências legais, conforme inteligência do *caput* do art. 18 da Lei n. 14.133/2021, demonstrou-se a disponibilidade orçamentária com planejamento da despesa no PTA 2026, de acordo com a **Informação Orçamentária n. 451/2025** (mov. 28 do expediente originário).

## **II. 5 - Critérios e Práticas de Sustentabilidade**



**ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

No curso da análise do presente procedimento licitatório, destaca-se que as contratações realizadas pela Administração Pública devem observar critérios e práticas que promovam o **desenvolvimento nacional sustentável**, em conformidade com os princípios que regem as compras públicas contemporâneas.

Nessa linha, as ações administrativas devem orientar-se, prioritariamente, para a redução do consumo de recursos naturais e a aquisição preferencial de produtos e serviços alinhados aos princípios da economia circular, notadamente aqueles que apresentem menor impacto ambiental ou que sejam reciclados e/ou recicláveis, em consonância com o disposto nos arts. 5º, 11, inciso IV, e 18, §1º, inciso XII, da Lei n. 14.133/2021.

Dessa forma, as especificações técnicas do objeto licitado devem contemplar critérios de sustentabilidade ambiental, sem, contudo, restringir a competitividade do certame ou comprometer a vantajosidade da proposta.

No caso em exame, constata-se que a unidade demandante inseriu previsões pertinentes no **Termo de Referência n. 12/2025-CMTJMT**, especialmente em seu **item 5.1 e seguintes**, no qual há expressa referência às diretrizes de sustentabilidade a serem observadas pela contratada. Tais disposições reforçam o compromisso institucional do Poder Judiciário de Mato Grosso com a responsabilidade socioambiental e o uso racional de recursos públicos.

Cumprе ressaltar, ainda, que o **Estudo Técnico Preliminar** analisou os possíveis **impactos ambientais** decorrentes da contratação, abordando, em seu **item 17**, as boas práticas ambientais a serem observadas. O documento delinea, portanto, que os materiais especificados, ao final de seu ciclo de vida útil, serão obrigatoriamente destinados a descarte ambientalmente adequado e sustentável pelo setor competente, assegurando-se a observância às normas aplicáveis; ademais, todo e qualquer bem que não mais apresente utilidade para a PJMT será encaminhado para destruição e/ou reciclagem, em estrita conformidade com a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro



**ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

de 2010, que estabelece critérios de sustentabilidade ambiental nas aquisições de bens, contratações de serviços e obras.

## **II. 6 – Indicação de marca ou modelo**

Quanto à eventual indicação de marca ou modelo, cabe salientar que a lei admite tal possibilidade de forma excepcional, por representar restrição à ampla competitividade do certame.

O artigo 41 da Lei n. 14.133/2021, apresenta as hipóteses em que será possível a indicação de marca ou modelo:

*Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:*

*I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:*

- a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;*
- b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;*
- c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;*
- d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;*

No caso concreto, verifica-se que a Administração **promoveu a indicação do modelo e fabricante**, consignando de forma expressa, a contratação do Bloqueador de Gravadores de Áudio Analógico e Digital – Modelo HARP SPEECH PROTECTOR, fabricante Santor Security Inc., com a finalidade de assegurar integralmente o atendimento às premissas técnicas e operacionais definidas pela área requisitante. Tal opção fundamenta-se, especialmente, na necessidade de padronização e compatibilidade com os equipamentos do mesmo modelo já adquiridos pelo TJMT no ano de 2024, bem como nas demais razões técnicas expostas no Estudo Técnico Preliminar, que evidenciam



**ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

a adequação do produto às demandas de segurança institucional do Poder Judiciário estadual.

Registre-se, ainda, que, embora não haja exigência de apresentação de amostras pelos licitantes, a indicação de marca não desobriga a futura contratada do integral cumprimento das especificações técnicas constantes do Termo de Referência, as quais deverão ser rigorosamente observadas, sob pena de não aceite do objeto pelo fiscal do contrato. Dessa forma, a indicação do modelo e fabricante consubstancia medida de caráter eminentemente técnico, voltada à garantia de desempenho, uniformidade e continuidade das soluções já implantadas, sem prejuízo do controle de qualidade e da verificação de aderência do produto efetivamente fornecido às condições previamente estabelecidas pela Administração.

### **III – ANÁLISE DO TERMO DE REFERÊNCIA, MINUTA DE EDITAL E ANEXOS**

No que se refere ao edital submetido à apreciação, observa-se que os requisitos e elementos que devem integrá-lo são aqueles elencados no *caput* do art. 25 da Lei n. 14.133/2021.

Verifica-se, ainda, que a Administração adotou, para a elaboração da minuta editalícia, o modelo disponibilizado pela Advocacia-Geral da União, conforme consignado na **Informação n. 36/2026-DA** (andamento n. 32).

Registre-se positivamente que a referida minuta contempla modelo de gestão e fiscalização contratual compatível com o art. 117 da Lei n. 14.133/2021, com designação expressa de fiscais técnico e administrativo e de gestor do contrato, bem como a descrição de suas competências. Tal previsão contribui para a mitigação de riscos na fase de execução e para a adequada documentação das ocorrências contratuais.



**ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Registre-se, outrossim, que o capítulo referente às sanções administrativas mostra-se em conformidade com o regime previsto na Lei n. 14.133/2021, na medida em que contempla rol de infrações e penalidades compatível com o diploma legal, incluindo, conforme o caso, advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade. Ademais, o procedimento de responsabilização da licitante ou contratada observa as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, em consonância com o art. 158 da Lei n. 14.133/2021, o que reforça a segurança jurídica e a legitimidade das eventuais punições aplicadas pela Administração.

Não obstante, identifica-se a necessidade de observância de determinados ajustes, os quais passam a ser pontualmente indicados a seguir.

As recomendações a seguir têm caráter meramente saneador e harmonizador, não implicando alteração substancial do objeto, mas tão somente o aperfeiçoamento formal e a adequação normativa dos dispositivos.

### **III.1 - Do Termo de Referência (Anexo I)**

a) **Recomenda-se** a exclusão do **item 11.12.9** do Termo de Referência, que reproduz a seguinte redação: “*O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.*”.

A exclusão se justifica pelo fato de que **não** serão aplicadas as disposições da Lei Complementar n. 123/2006 neste certame, conforme manifestação da área demandante e análise já enfrentada por esta Assessoria no **item II.2** deste parecer, que tratou do Tratamento Favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Reitera-se, ademais, a necessidade de **refletir** essa exclusão em todos os demais dispositivos do Termo de Referência, Edital e minuta da Ata que façam menção aos benefícios ou disposições contidas na referida Lei Complementar, de modo a assegurar coerência normativa e transparência ao procedimento.





**ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

b) **Indica-se** a necessidade de exclusão do **item 18** do Termo de Referência, considerando que a presente contratação não será realizada sob a sistemática de registro de preços. A manutenção de cláusulas relativas a SRP em instrumento voltado a contratação avulsa pode gerar dúvidas interpretativas quanto ao regime jurídico aplicável, razão pela qual se mostra juridicamente mais adequado suprimir o referido item, adequando o TR à efetiva modelagem da contratação.

### **III. 2 – Da Minuta de Edital**

Procedendo-se à análise da minuta do Edital encartada ao andamento 30, constatarem-se pontos específicos que demandam ajustes redacionais e de coerência técnica, com o propósito de harmonizar o instrumento convocatório com o Termo de Referência, a legislação aplicável e as diretrizes delineadas pela área demandante.

a) O **item 5.17.1** da minuta do Edital, que atualmente dispõe que: “*Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte (...)*”, deve ser excluído, uma vez que, conforme já amplamente fundamentado no **item II.2** deste parecer, não será adotado o tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar n. 123/2006 no presente certame.

Deve ser igualmente suprimido o **item 5.17.4** da referida Minuta, que estabelece: “*No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte (...)*”.

b) Recomenda-se a adequação dos itens 3.3, 6.4 e 6.5 da minuta do Edital, de modo a suprimir referências ao tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 e a exigência de declarações vinculadas a esse regime, em atenção à decisão administrativa de não aplicação do tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte no presente certame, já fundamentada no Termo de Referência n. 12/2025-CMTJMT e no item II.2 deste parecer.



**ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

c) Em decorrência da não aplicação do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n. 123/2006, recomenda-se, ainda, a revisão dos anexos da minuta do Edital, notadamente do Anexo VII – Modelo de Declaração de não enquadramento no art. 3º, §4º, da Lei Complementar n. 123/2006, a fim de suprimir ou ajustar sua redação, de modo a afastar qualquer remissão residual ao regime da referida Lei Complementar.

d) O **item 2.5** da minuta do Edital, que dispõe: *“Poderão participar pessoas físicas, em observância à IN 116/2021-SEGES”, deve ser ajustado* para refletir a vedação expressa à participação de pessoas físicas, de modo a manter a coerência com o **item 11.11** do Termo de Referência, que estabelece de forma clara: *“(…) será ressalvada a participação de pessoas físicas nas licitações ou contratações diretas, “quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física. **Para contratação em tela, portanto, não será permitida a participação de Pessoas Físicas.**”*

Assim, recomenda-se suprimir a referência permissiva constante do item 2.5 e cristalizar a vedação, a fim de assegurar uniformidade interna, clareza interpretativa e aderência às condições técnicas do objeto licitado.

Dirimidas as questões atinentes as análises aqui propostas e aos anexos correspondentes, entendem-se sanadas as incongruências formais e materiais reveladas, passando-se à conclusão.

#### **IV – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, nos limites da análise jurídica e ressalvados os aspectos técnicos e de competência discricionária da Administração, esta Assessoria **manifesta-se** pela possibilidade jurídica de prosseguimento do processo em epígrafe, desde que observadas as orientações consignadas ao longo deste Parecer.



**ESTADO DE MATO GROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Assim, **conclui-se** que a minuta do Edital do Pregão Eletrônico n. 09/2026, uma vez implementadas as sugestões indicadas, estará apta a cumprir a finalidade a que se destina, em conformidade com o disposto no §4º do art. 53 da Lei n. 14.133/2021.

É o parecer que submeto a consideração superior.

Cuiabá, 02 de fevereiro de 2026.

**Assessora Técnico-Jurídica de Licitação**